



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES  
MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV**  
Gabinete - Superintendente

**RESOLUÇÃO N.º 006 de 05 de Outubro de 2011.**

***“Dispõe sobre o Regulamento da Previdência Social do Município de Itu, para fins de concessão, controle e fiscalização dos benefícios previdenciários.”***

LUIZ CARLOS KAHTALIAN BRENHA DE CAMARGO, Superintendente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Itu - ITUPREV, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 1.176, e

CONSIDERANDO que o texto abaixo do Regulamento da Previdência Social foi aprovado pelo Conselho de Administração do ITUPREV em sua reunião ordinária realizada em 04/10/2011, conforme Ata nº 018/2011,

**RESOLVE :**

Art. 1º - A concessão, o controle e a fiscalização dos benefícios previdenciários pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Itu – ITUPREV ficam sujeitos ao **REGULAMENTO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL** do Município de Itu, nos termos das disposições que seguem.



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES  
MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV  
Gabinete - Superintendente**

**CAPÍTULO I**

**DA INSCRIÇÃO DO SEGURADO E DOS DEPENDENTES**

Art. 2º. Considera-se inscrição de segurado para os efeitos previdenciários o ato pelo qual o segurado é cadastrado no Regime Próprio de Previdência Social – RPPS do Município, mediante comprovação, perante o ITUPREV, do ato de nomeação do servidor, dos seus dados pessoais e de outros elementos necessários e úteis à sua caracterização como tal.

Art. 3º. A inscrição, na qualidade de segurado, deve ser feita pessoalmente pelo servidor, na sede do ITUPREV, antes de sua posse em cargo efetivo.

Parágrafo único. A filiação do segurado ao ITUPREV só ocorrerá com o início do exercício do seu cargo efetivo, independentemente da prévia inscrição.

Art. 4º. Considera-se inscrição de dependente, para os efeitos da previdência social do Município, o ato pelo qual o segurado o qualifica perante ela e decorre da apresentação:

I – para o cônjuge – certidão de casamento atualizada;

II – para os filhos – certidão de nascimento;

III – para a companheira ou companheiro – documento de identidade e certidão de nascimento ou casamento atualizada, com averbação da separação judicial ou divórcio, quando um dos companheiros ou ambos já tiverem sido casados, ou de óbito, se for o caso, e comprovação da união estável;

IV – para o dependente equiparado a filho – certidão judicial de tutela e, em se tratando de enteado, certidão de casamento do segurado, se for casado, ou comprovação da união estável, se for o caso, e certidão de nascimento do dependente, comprovada a dependência econômica;

V – para os pais – certidão de nascimento do segurado e documentos de identidade dos mesmos, com informação do INSS de que não recebe benefício, comprovada a dependência econômica;



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES  
MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV  
Gabinete - Superintendente**

VI – irmão – certidão de nascimento, com informação do INSS de que não recebe benefício, comprovada a dependência econômica.

§ 1º. A dependência econômica deverá ser comprovada novamente por ocasião da concessão do benefício.

§ 2º. Incumbe ao segurado a inscrição do dependente, que deve ser feita, quando possível, no ato da inscrição do segurado.

§ 3º. Só podem ser consideradas dependentes as pessoas relacionadas no artigo 33 da Lei Municipal 1176 de 27/05/2010.

§ 4º. Ocorrendo o falecimento do segurado sem que o mesmo tenha feito a inscrição de seus dependentes, a estes será lícito promove-la.

Art. 5º. Considera-se companheira ou companheiro a pessoa que mantenha união estável com o segurado ou segurada.

Art. 6º. Considera-se união estável aquela verificada entre o homem e a mulher, como entidade familiar, quando forem solteiros, separados judicialmente, divorciados ou viúvos, coabitando de forma ininterrupta e duradoura sob o mesmo teto, enquanto não se separarem, desde que comprovado o vínculo na forma do artigo 7º.

§ 1º. Para os efeitos do disposto no *caput*, equipara-se à união estável a união entre pessoas do mesmo sexo.

§ 2º. Não será admitida, exclusivamente, declaração de pessoas físicas para a comprovação de união estável.

Art. 7º. Para a comprovação da união estável ou da dependência econômica, conforme o caso deve ser apresentado no mínimo três dos seguintes documentos:

- I – certidão de nascimento de filho havido em comum;
- II – certidão de casamento religioso;



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES  
MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV  
Gabinete - Superintendente**

III – declaração do imposto de renda do segurado, em que conste o interessado como seu dependente;

IV – disposições testamentárias;

V – anotação constante na Carteira Profissional e/ou na Carteira de Trabalho e Previdência Social do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, feita pelo órgão competente, em que o(a) companheiro(a) figure como dependente;

VI – declaração especial feita perante tabelião há mais de 2 (dois) anos, assinada pelas duas partes;

VII – prova de mesmo domicílio;

VIII – prova de encargos domésticos evidentes e existência de sociedade ou comunhão nos atos da vida civil;

IX – procuração ou fiança reciprocamente outorgados;

X – conta bancária conjunta;

XI – registro em associação de qualquer natureza, onde conste o interessado como dependente do segurado;

XII – anotação constante de ficha ou livro de registro de empregados ou de servidores municipais;

XIII – apólice de seguro da qual conste o segurado como instituidor do seguro e a pessoa interessada como sua beneficiária;

XIV – ficha de tratamento em instituição de assistência médica, da qual conste o segurado como responsável;

XV – escritura de alienação de imóvel, a qualquer título, pelo segurado, em favor de dependente;

XVI – escritura de venda e compra de imóvel em nome dos interessados, devidamente registrada no cartório imobiliário;



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES  
MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV  
Gabinete - Superintendente**

XVII – compromisso de venda e compra, em nome dos interessados, de imóvel utilizado como residência comum, com firma reconhecida dos promitentes-compradores;

XVIII – contrato de locação de imóvel destinado à residência comum, com firma reconhecida;

XIX – comprovação de vida sob o mesmo teto;

XX – quaisquer outros que possam levar à convicção do fato a comprovar.

§ 1º. O vínculo existente entre o segurado e sua companheira e entre a segurada e seu companheiro não poderá ser comprovado com documentos produzidos na época em que se pretende inscrever o dependente.

§ 2º. Decisão judicial que reconheça a união estável ou a dependência econômica supre a falta de documentos, desde que o ITUPREV tenha participado da relação processual.

§ 3º. A falta de documentos poderá ser suprida mediante justificação administrativa corroborada por uma investigação social realizada por assistente social.

§ 2º. Os documentos apresentados para a comprovação da dependência de pais ou de irmãos do segurado podem, por si sós, serem considerados insuficientes para demonstrar a dependência econômica, hipótese em que o Instituto poderá realizar investigação social por assistente social e, inclusive, promover a competente justificação administrativa.

§ 5º. Na hipótese de os pais ou os irmãos já serem beneficiários de pensão por morte ou de aposentadoria, a concessão do benefício de pensão pelo RPPS de Itu, em favor de qualquer um deles, dependerá de uma comprovação segura de que a sobrevivência de pai, mãe ou irmão dependia efetivamente da ajuda financeira do segurado falecido.



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES  
MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV  
Gabinete - Superintendente**

Art. 8º. A dependência econômica do cônjuge, dos filhos e dos companheiros é presumida.

Art. 9º. A perda da qualidade de dependente ocorre nas hipóteses previstas no artigo 38 da Lei Municipal 1176 de 27/05/2010.

§ 1º. A perda da qualidade de dependente de companheiro ou companheira, mediante revogação de sua inscrição pelo segurado, depende da efetiva cessação da união estável, sem a garantia da prestação de alimentos, fixada em Juízo.

§ 2º. A perda da qualidade de dependente separado judicialmente ou divorciado, mediante revogação de sua inscrição pelo segurado, depende da comprovação de que ele não recebe alimentos, fixados em juízo.

§ 3º. A qualidade de dependente de companheiro e do cônjuge separado ou divorciado pode ser restabelecida mediante a fixação judicial de alimentos.

§ 4º. Não perde a qualidade de dependente o cônjuge ou a companheira que se casar após o falecimento do segurado.

§ 5º. Perde a qualidade de dependente o pai, a mãe, ou o irmão que receba benefício de pensão por morte do ITUPREV e venha a se tornar independente, econômica ou financeiramente.

Art. 10. Para a comprovação do vínculo de companheiro, os documentos enumerados nos incisos IV, V, VI e XII do artigo 7º, constituem, por si só, prova bastante e suficiente, desde que produzidos na época dos fatos, devendo os demais serem considerados em conjunto de no mínimo três, corroborados, sempre que necessário, mediante justificação administrativa e investigação social, prevista nos artigos 19 e seguintes.

Parágrafo único. A apresentação dos documentos a que se refere este artigo não dispensa a realização de investigação por assistente social com o objetivo de comprovar a persistência do vínculo até a data do falecimento do segurado.



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES  
MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV  
Gabinete - Superintendente**

Art. 11. O fato superveniente que importe em exclusão de dependente deve ser comunicado ao ITUPREV no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 1º. A não observância do disposto neste artigo sujeitará o segurado ao ressarcimento dos valores despendidos pelo ITUPREV na assistência do dependente não excluído no prazo previsto no *caput*, sem prejuízo de outras penalidades previstas em lei.

§ 2º. Na hipótese de concessão de pensão por morte o beneficiário que tiver recebido o benefício indevidamente será obrigado a restituí-lo ao Instituto, com juros legais e correção monetária.

Art. 12. Competirá ao Gestor de Benefícios providenciar a realização de visita domiciliar na época da concessão do benefício, para o fim de manter ou excluir o dependente inscrito.

Art. 13. O segurado casado não poderá realizar a inscrição de companheira.

Art. 14. O segurado que viva em união estável com mulher casada não poderá realizar a inscrição desta última na qualidade de dependente.

Art. 15. No caso de dependente inválido, para fins de inscrição e concessão de benefício, a invalidez será comprovada mediante exame médico-pericial a cargo do ITUPREV.

§ 1º. A invalidez deverá ser anterior ao óbito ou à reclusão do segurado.

§ 2º. O dependente inválido pensionista ou beneficiário de auxílio-reclusão está obrigado, sob pena de suspensão do benefício, a submeter-se a exame médico bianualmente, ou a qualquer tempo mediante convocação do Gestor de Benefícios.

§ 3º. A perícia médica será realizada na residência do beneficiário quando ele não puder se locomover.



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES  
MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV  
Gabinete - Superintendente**

Art. 16. Para inscrição dos pais ou de irmãos, o segurado deverá comprovar a inexistência de dependentes preferenciais, mediante declaração firmada perante o ITUPREV.

Parágrafo único. Consideram-se dependentes preferenciais, para efeitos deste artigo, o cônjuge, os filhos, a companheira ou companheiro, e os menores adotados ou sob tutela, equiparados aos filhos.

Art. 17. A inscrição de dependentes para fins de concessão de benefícios previdenciários será feita mediante abertura de processo administrativo regular, com exceção da inscrição de cônjuge e filhos.

Parágrafo único. A inscrição de dependentes, promovida por eles para fins de obterem a concessão de benefício previdenciário, poderá ser feita no próprio processo de concessão do benefício.

Art. 18. A comprovação da união estável e da dependência econômica deverá ser renovada por ocasião da concessão dos benefícios de pensão por morte ou de auxílio-reclusão.

§ 1º. Sempre que o Gestor de Benefícios tiver dúvida sobre a efetiva situação de dependência econômica na época do falecimento ou da prisão do segurado, quando a prova for frágil ou insuficiente, poderá promover a competente justificação administrativa.

§ 2º. O dependente inscrito será excluído do rol de dependentes, para todos os efeitos, sempre que se comprovar:

I - que a união estável se desfez mediante cessação da convivência, sem a previsão de alimentos fixados judicialmente;

II – que o cônjuge separado judicialmente ou divorciado, com direito à percepção de alimentos, perdeu direito aos alimentos ou renunciou a eles;

III – que a dependência econômica deixou de existir.

**CAPÍTULO II**





**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES  
MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV  
Gabinete - Superintendente**

**DA JUSTIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA**

Art. 19. A justificação administrativa consiste na colheita de prova oral, mediante tomada de depoimento de pessoas que não tenham relação de amizade ou de parentesco com as partes interessadas, na elaboração de relatório sócio-econômico, ou na colheita de qualquer outro meio de prova.

Art. 20. A justificação administrativa poderá ser requerida pelo dependente, ou realizada de ofício pelo Instituto, nos casos de falta ou insuficiência de documentos para a comprovação da dependência.

§ 1º. Não será admitida a justificação administrativa quando o fato a comprovar exigir registro público de casamento, de idade ou de óbito, ou de qualquer ato jurídico para o qual a lei prescreva forma especial.

§ 2º. A justificação administrativa poderá ser promovida em processo autônomo ou no próprio processo de concessão do benefício da pensão por morte.

Art. 21. A homologação de justificação judicial, processada com base em prova exclusivamente testemunhal, dispensa a justificação administrativa, se complementada com início razoável de prova material, desde que o ITUPREV tenha participado da relação processual.

Art. 22. Para o processamento da justificação administrativa o interessado deverá apresentar requerimento, expondo os fatos a comprovar, juntando documentos pertinentes e indicando testemunhas idôneas, em número não inferior a três e nem superior a cinco, cujos depoimentos possam levar à convicção da veracidade da dependência narrada no requerimento.

§ 1º. O ITUPREV poderá indicar testemunhas para o processamento da justificação administrativa.

§ 2º. As testemunhas, no dia e hora marcados, serão inquiridas a respeito dos pontos que forem objeto da justificação, indo o processo



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES  
MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV  
Gabinete - Superintendente**

concluso, a seguir, ao Superintendente do ITUPREV, a quem competirá homologar ou não a justificação realizada.

Art. 23. Não podem ser testemunhas:

I - os loucos de todo o gênero;

II - os cegos e surdos, quando a ciência do fato que se quer provar dependa dos sentidos que lhes faltam;

III - os menores de dezesseis anos; e

IV - o ascendente, o descendente ou o colateral, até o terceiro grau, por consangüinidade ou afinidade.

Art. 24. Da decisão que considerar eficaz ou ineficaz a justificação administrativa caberá recurso ao Conselho de Administração no prazo de 15 (quinze) dias corridos.

Art. 25. A justificação administrativa será avaliada globalmente quanto à forma e ao mérito, valendo perante o ITUPREV exclusivamente para os fins de concessão dos benefícios de pensão por morte e auxílio-reclusão.

Art. 26. A justificação administrativa será processada sem ônus para o interessado.

Art. 27. Os autores de declarações falsas, prestadas em justificações processadas perante o regime próprio de previdência social do Município, ficarão sujeitos às penas previstas no artigo 299 do Código Penal Brasileiro.



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES  
MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV  
Gabinete - Superintendente**

Art. 28. Somente será admitido o processamento de justificação administrativa na hipótese de ficar evidenciada a inexistência de outro meio capaz de configurar a verdade do fato alegado.

Art. 29. Não será admitida a justificação administrativa para comprovação de tempo de serviço ou de tempo de contribuição na iniciativa privada ou no serviço público, para efeito de aposentadoria, ou para os fins de cálculo do valor da pensão por morte, quando o segurado tiver falecido em atividade por doença comum ou por acidente ocorrido fora do serviço.

**CAPÍTULO III  
DO BENEFÍCIO DA APOSENTADORIA**

**SEÇÃO I – DO REQUERIMENTO**

Art. 30. O requerimento do benefício de aposentadoria obedecerá o documento padrão fornecido pelo ITUPREV, do qual deverá constar obrigatoriamente:

- I – nome do segurado;
- II – endereço residencial;
- III – número de sua cédula de identidade e CPF/MF;
- IV – cargo efetivo do segurado e o respectivo padrão de vencimento;
- V – nome do ente municipal ao qual está vinculado;
- VI – data de nascimento do segurado;
- VII – tipo de aposentadoria pretendida.



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES  
MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV  
Gabinete - Superintendente**

Art. 31. Só será protocolado requerimento com pedido de aposentadoria quando o segurado anexar ao mesmo:

- I – cópia de sua certidão de nascimento ou casamento;
- II – cópia de sua cédula de identidade e de inscrição no CPF/MF;
- III – comprovante de endereço;

Art. 32. O processo de aposentadoria deverá ser complementado com os seguintes documentos, a serem providenciados pelo servidor requerente:

- I – cópia da inscrição do servidor no PIS/PASEP;
- II - Certidão de Tempo de Contribuição – CTC fornecida pelo INSS, quando o funcionário tiver contribuído para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS;
- III - CTC ou certidão de tempo de serviço fornecida por outros entes públicos onde o funcionário tiver trabalhado;
- IV – cópia do seu último recibo de pagamento de salário; e
- V – cópia da portaria de sua nomeação em cargo efetivo, no caso de ter ingressado no serviço público municipal depois de 01/06/2010.

**SEÇÃO II – DA CAPA DO PROCESSO**

Art. 33. Os processos administrativos de concessão do benefício da aposentadoria serão autuados pelo Gestor de Benefícios do ITUPREV, ou por quem ele designar, devendo constar, em sua capa, as seguintes indicações:

- I – número do processo;
- II – data da entrada do pedido;
- III – indicação do tipo da aposentadoria;



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES  
MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV  
Gabinete - Superintendente**

- IV – nome do servidor com o número do seu PIS/PASEP;
- V – entidade pública municipal de origem do segurado;
- VI – data e número da portaria de concessão do benefício;
- VII – indicação se o aposentado tem direito à paridade ativo-inativo ou ao reajuste anual pelas regras do RGPS; e
- VIII – se há compensação financeira perante o Ministério da Previdência Social – MPS.

**SEÇÃO III – DA INSTRUÇÃO E DA TRAMITAÇÃO DO PROCESSO**

Art. 34. Autuado o processo de aposentadoria, será solicitada a remessa dos seguintes documentos ao órgão de recursos humanos do ente municipal ao qual estiver vinculado o servidor:

- I – certidão de tempo de contribuição do servidor;
- II – cópia dos atos de nomeação e posse do funcionário, e de ingresso no regime celetista, ou certidão do órgão de recursos humanos de que o servidor é titular de cargo efetivo;
- III – cópia dos atos administrativos relativos às mutações funcionais do segurado e de concessão de promoções, progressões e de concessão de outras vantagens pecuniárias em favor do mesmo, se houver;
- IV – cópia do prontuário do servidor, se houver;
- V – informações e documentos comprobatórios de eventuais modificações da denominação do cargo do servidor ou do respectivo padrão de vencimento, se for o caso;
- VI – ficha financeira do servidor com indicação das parcelas remuneratórias pagas mensalmente ao servidor, nos últimos doze meses;



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES  
MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV  
Gabinete - Superintendente**

VII - declaração de que o Requerente é titular de cargo efetivo por força da Lei 1.176/2010, indicando a denominação do cargo, se for o caso; e

VIII – outros documentos e informações que forem julgados necessários.

§ 1º. A Certidão de Tempo de Contribuição - CTC expedida pelo órgão de recursos humanos deverá abranger o tempo de emprego público municipal, com contribuição ao RGPS, se o mesmo não estiver incluído na CTC do INSS, e o tempo de exercício de cargo efetivo no serviço público municipal, separadamente, indicando o tempo em dias, e em anos, meses e dias, e deduzindo as licenças e os afastamentos sem remuneração.

§ 2º. O tempo de atividade privada, inclusive na atividade rural, só poderá ser comprovado mediante certidão de tempo de contribuição expedida pelo INSS.

§ 3º – As certidões a que se referem os incisos II e III do artigo 32 não serão exigidas para efeito de andamento do processo de aposentadoria, mas a concessão do benefício apropriará exclusivamente o tempo de contribuição comprovado por CTC, podendo o benefício ser revisto no futuro, com a juntada de nova CTC, pagando-se as diferenças pretéritas com correção monetária equivalente à variação dos índices do INPC do IBGE.

Art. 35. Instruído o processo com as informações e documentos fornecidos pelo servidor e pelo órgão de recursos humanos, o Gestor de Benefícios providenciará a contagem do tempo de contribuição do servidor para, em seguida, encaminhar o processo para parecer jurídico conclusivo que indicará:

I – se a contagem de tempo de contribuição do servidor atende as prescrições legais;

II – a fundamentação legal para a concessão do benefício da aposentadoria;



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES  
MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV  
Gabinete - Superintendente**

III – se os proventos da aposentadoria deverão ser calculados de acordo com a última base de contribuição do servidor ou de conformidade com a sua média remuneratória;

IV – quais as parcelas remuneratórias do servidor que deverão compor os proventos da aposentadoria, com fundamento nas Leis 1.175 e 1.176, ambas de 27/05/2010, e na legislação de pessoal do Município;

V – se o aposentado terá direito à paridade ativo-inativo ou ao reajuste anual previsto na legislação; e

VI – se o ITUPREV tem direito a compensação financeira perante o Ministério da Previdência.

§ 1º. Se o servidor tiver direito de se aposentar por mais de uma regra de aposentadoria, ele deverá optar, obrigatoriamente, de forma expressa e irretratável, por uma das regras para aposentar-se.

§ 2º. Se os proventos da aposentadoria tiverem que ser calculados de acordo com a média remuneratória do servidor, o Gestor de Benefícios deverá solicitar:

I - do órgão de recursos humanos: a informação das bases de contribuição do servidor, a partir de julho de 1994, ou a partir de seu ingresso no serviço público municipal, se posterior a essa data;

II – do INSS: a remuneração de contribuição do servidor, a partir de julho de 1994, se ele contar com tempo de contribuição no Regime Geral de Previdência Social - RGPS, antes do seu ingresso no serviço público municipal.

§ 3º. As certidões de tempo de serviço ou de tempo de contribuição expedidas por outros entes públicos da Federação deverão vir acompanhadas da informação da remuneração ou da base de contribuição do servidor durante o período de tempo que a certidão abranger.

§ 4º. Ao Gestor de Benefícios, ou quem ele designar, competirá calcular o valor final dos proventos devidos ao segurado.



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES  
MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV  
Gabinete - Superintendente**

**SEÇÃO IV – DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ**

Art. 36. A abertura de processo de aposentadoria por invalidez permanente pelo ITUPREV poderá ser feita de ofício ou a pedido do servidor municipal.

§ 1º. Sempre que o órgão competente do Município sugerir o afastamento definitivo do servidor, em laudo médico apresentado em processo de licença para tratamento de saúde, este deverá ser encaminhado imediatamente ao ITUPREV para a abertura, de ofício, de processo de concessão de aposentadoria por invalidez permanente.

§ 1º. O processo de concessão de aposentadoria por invalidez, de ofício, será aberto mediante requerimento do Gestor de Benefícios, e será instruído com o laudo médico do órgão competente do ente municipal, convocando-se o servidor para apresentar documentos a que se referem os incisos I a IV do artigo 32 desta Resolução.

§ 2º. A abertura de processo de aposentadoria por invalidez permanente, a pedido do servidor municipal, titular de cargo efetivo, será feito mediante apresentação do requerimento-padrão a que se refere o artigo 31, e dos documentos relacionados no artigo 32 e seus incisos, e de relatório médico que recomende o afastamento definitivo do servidor.

§ 3º. Aberto o processo de ofício ou a requerimento do servidor, ele deverá ser encaminhado ao órgão de pessoal a que está vinculado o servidor para a apresentação dos documentos relacionados no artigo 34 e seus incisos.

Art. 37. Quando se tratar de aposentadoria decorrente de acidente em serviço é obrigatório:

I – juntar ao processo de aposentadoria uma cópia da CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho), lavrada pelo órgão competente do ente empregador; e

II – verificação médica do nexo causal, de modo a concluir que a invalidez permanente do servidor é decorrente exclusivamente do acidente em serviço.





**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES  
MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV  
Gabinete - Superintendente**

Art. 38. Os proventos da aposentadoria por invalidez permanente do servidor corresponderão à sua média remuneratória, apurada nos termos do artigo 99 e seus parágrafos da Lei nº 1.176 DE 27/05/2010.

§ 1º. Na hipótese de a média remuneratória superar o valor da última base de contribuição do servidor, esta última deverá ser adotada para o cálculo dos proventos da aposentadoria por invalidez.

§ 2º. No caso de o auxílio-doença ser convertido em aposentadoria por invalidez, a última base de contribuição do servidor a que se refere o parágrafo anterior deve corresponder à base de contribuição do servidor em seu cargo efetivo, como se em atividade estivesse.

**SEÇÃO V – DA PERÍCIA MÉDICA**

Art. 39. Quando se tratar de aposentadoria por invalidez o servidor a ser aposentado deverá, prévia e obrigatoriamente, ser submetido a perícia médica a cargo de uma Junta Médica composta por 3 (três) médicos peritos.

Art. 40. À Junta Médica, constituída pelo ITUPREV, cumprirá:

I – examinar o servidor;

II – oferecer laudo médico conclusivo que:

- a) Informe as doenças que acometem o servidor;
- b) Indique o CID (Classificação Internacional de Doenças) correspondente de cada uma das doenças do servidor; e
- c) Responda todos os quesitos que integram o Anexo I desta Resolução.

Art. 41. Quando o servidor se encontrar em gozo de auxílio-doença deverá ser apensado ao processo de aposentadoria por invalidez o respectivo processo de concessão de Auxílio-Doença, encaminhando-se à Junta Médica incumbida de periciar o servidor.



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES  
MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV  
Gabinete - Superintendente**

§ 1º. O servidor em gozo de auxílio-doença durante 24 (vinte e quatro) meses consecutivos deverá ser submetido à Junta Médica para eventual concessão de aposentadoria por invalidez.

§ 2º. Na hipótese a que se refere o parágrafo anterior, se o laudo médico concluir que o servidor se encontra definitivamente incapacitado para o serviço público municipal, cumpre ao Gestor de Benefícios requerer de ofício a aposentadoria por invalidez.

Art. 42. Cópia do processo de aposentadoria por invalidez será encaminhada ao ente público municipal ao qual o servidor estiver vinculado, quando o laudo da Junta Médica concluir:

I - que o servidor deve retornar ao exercício de seu cargo, com ou sem restrições; ou

II – que o servidor deve ser submetido a processo de readaptação, nos termos dos artigos 34, 35 e 36, e seus parágrafos, da Lei nº 1.175 de 27 de maio de 2010, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Ituprev.

Art. 43. O servidor aposentado por invalidez permanente deverá ser submetido a nova perícia médica, bienalmente, a contar da data da concessão do benefício, até atingir a idade de 65 (sessenta e cinco) anos, se homem, ou de 60 (sessenta) anos, se mulher.

§ 1º. O servidor poderá ser convocado a qualquer tempo para ser submetido a nova perícia médica, se ficar comprovado o exercício de atividade que demonstre a sua recuperação.

§ 2º. Se o servidor não se submeter a nova perícia médica o benefício será suspenso até que a perícia seja realizada.

Art. 44. Será cassada a aposentadoria por invalidez na hipótese de a perícia médica concluir que houve a recuperação total ou parcial do servidor e que ele tem condições de voltar à atividade no serviço público municipal.



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES  
MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV  
Gabinete - Superintendente**

§ 1º. A aposentadoria por invalidez só poderá ser cassada se o servidor contar com menos de 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, ou com menos de 60 (sessenta) anos de idade, se mulher.

§ 2º. Cassada a aposentadoria do servidor o ente municipal deverá ser comunicado no prazo de 24 (vinte e quatro) horas para ser providenciada a reversão do aposentado ao serviço ativo.

**SEÇÃO VI – DA APOSENTADORIA DO PROFESSOR**

Art. 45. Na aposentadoria de professor, com redução de 05 (cinco) anos na idade mínima e no tempo de contribuição mínima, o processo administrativo deverá conter documentos e informações claras que demonstrem que o servidor, para se aposentar, está utilizando, exclusivamente, tempo de magistério em salas de aula, no ensino infantil, fundamental ou médio.

§ 1º. O professor que computar tempo de serviço durante o qual tenha efetivamente exercido funções diferentes do magistério em salas de aula, ainda que no exercício formal do cargo de professor, inclusive o readaptado, será aposentado por tempo comum de contribuição.

§ 2º. Serão aposentados por tempo especial na idade mínima e no tempo mínimo de contribuição os instrutores, técnicos ou orientadores de atividades físicas, esportivas ou recreativas, que exerçam o cargo de professor de educação física, desde que o exercício do cargo ocorra exclusivamente em estabelecimento de ensino infantil, fundamental ou médio, e constitua exercício do magistério no ensino regular.

§ 3º. Considera-se magistério, para os efeitos deste Regulamento, o tempo de efetivo exercício do cargo de professor em sala de aula, bem como o tempo de efetivo exercício de funções de direção de unidade escolar, de coordenação e de assessoramento pedagógico exercidas em estabelecimento de ensino regular, por servidor que seja ou tenha sido titular de cargo efetivo de professor, observado o disposto no § 4º deste artigo.



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES  
MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV  
Gabinete - Superintendente**

§ 4º. Os cargos e funções constantes do quadro de pessoal permanente da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Itupeva, que correspondam às funções de direção escolar, de coordenação e de assessoramento pedagógico, serão relacionados em decreto do Executivo Municipal.

**SEÇÃO VII – DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO**

Art. 46. O benefício de aposentadoria será concedido mediante portaria assinada pelo Superintendente, juntamente com o Diretor de Benefícios.

Art. 47. Baixada a Portaria de concessão do benefício da aposentadoria, cópia da mesma deverá ser entregue no prazo de 48 (quarenta e oito) horas:

I - ao aposentado;

II - ao superior hierárquico do aposentado, quando na ativa, e

III - ao órgão de recursos humanos do ente público ao qual o aposentado estava vinculado.

Parágrafo único. O aposentado, ao receber cópia da portaria de concessão do benefício, fica obrigado a assinar o Termo de Ciência e Notificação, de conformidade com a minuta constante do Anexo II, que fica fazendo parte integrante desta Resolução, sob pena de, não o fazendo, ficar suspenso o pagamento dos proventos.

**SEÇÃO VIII – DA HOMOLOGAÇÃO PELO CONSELHO DE  
ADMINISTRAÇÃO**

Art. 48. Concedido o benefício da aposentadoria o respectivo processo administrativo será encaminhado ao Conselho de Administração para fins de homologação, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES  
MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV  
Gabinete - Superintendente**

§ 1º. O Conselho de Administração terá o prazo de 90 (noventa) dias corridos para se manifestar sobre o processo de aposentadoria, a contar da data de seu recebimento.

§ 2º. Os processos de aposentadoria deverão permanecer na sede do ITUPREV.

§ 3º. Decorrido o prazo previsto no parágrafo anterior, com ou sem deliberação do Conselho de Administração, o processo deverá ser devolvido ao Gestor de Benefícios, para arquivamento.

§ 4º. Se o Conselho de Administração não homologar a concessão do benefício, deverá indicar as razões de seu procedimento.

§ 5º. O Conselho de Administração só poderá negar-se a homologar a concessão do benefício na hipótese de procedimento manifestamente ilegal ou inconstitucional.

§ 6º. Na hipótese de não ser homologada a concessão do benefício o processo deverá ser devolvido à Diretoria Executiva para que ela ofereça esclarecimentos sobre dúvidas do colegiado ou corrija a ilegalidade ou irregularidade apontada pelo Conselho de Administração.

§ 7º. Não sendo corrigida a ilegalidade ou irregularidade apontada pelo Conselho de Administração, incumbe a este colegiado denunciar o fato ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

## **CAPÍTULO IV**

### **DA PENSÃO POR MORTE**

#### **SEÇÃO I – DO REQUERIMENTO**

Art. 49. Os pedidos de concessão do benefício da pensão por morte devem ser preenchidos de acordo com o requerimento-padrão fornecido pela Autarquia, do qual deverá constar obrigatoriamente:



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES  
MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV  
Gabinete - Superintendente**

I – o nome e endereço do dependente que requer o benefício e a sua relação de dependência;

II – nome do segurado falecido e data do falecimento;

III – indicação da situação do segurado falecido: ativo ou inativo;

IV – na hipótese de o segurado ter falecido em atividade, indicar o nome do órgão ao qual o mesmo esteve vinculado;

V – os nomes, relação de dependência, e data de nascimento dos demais dependentes do segurado falecido; e

VI – pedido de inscrição de dependentes no caso de os mesmos não estarem inscritos como tais perante o ITUPREV.

**SEÇÃO II – DA CAPA DO PROCESSO**

Art. 50. Os processos administrativos de concessão do benefício da pensão por morte serão autuados pelo Gestor de Benefícios do ITUPREV ou por quem este indicar, devendo constar, em sua capa, as seguintes indicações:

I – número e ano do processo;

II – entidade pública municipal de origem do segurado falecido;

III – nome do servidor falecido com o número do seu PIS/PASEP;

IV – nome do dependente que requer a pensão;

V – nome dos demais beneficiários da pensão requerida;

VI – assunto: pensão por morte;

VII – data e número da portaria de concessão do benefício;



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES  
MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV  
Gabinete - Superintendente**

VIII – indicação se o pensionista tem direito à paridade ativo-inativo ou ao reajuste anual pelas regras do RGPS; e

IX – se há compensação financeira perante o MPS.

**SEÇÃO III – DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO**

Art. 51. Os processos administrativos deverão ser instruídos com os seguintes documentos:

I – a serem providenciados pelo Requerente:

a) os documentos a que se referem os incisos I e IV do artigo 32;

b) certidão de óbito do segurado falecido;

c) certidão de casamento atualizada, ou seja, expedida há menos de 90 (noventa) dias, sempre que o cônjuge for beneficiário da pensão;

d) cópia de acordo judicial homologado ou de sentença judicial em ação de separação judicial ou divórcio, em que for fixada uma pensão alimentícia em favor do cônjuge sobrevivente, se for o caso;

e) certidão de nascimento dos filhos com menos de 21 anos de idade, comprovante de adoção ou termo de guarda para fins de adoção, decisão de concessão da tutela ou termo de guarda para fins de concessão de tutela, se for o caso;

f) cópia de documento de identidade dos dependentes, se houver; e

g) documentos relativos à comprovação da união estável, se for o caso;

II – a serem solicitados ao órgão de pessoal ao ente empregador em relação ao qual o servidor falecido esteve vinculado: os



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES  
MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV  
Gabinete - Superintendente**

documentos a que se referem os incisos IV, V, VI e VII do artigo 34 desta Resolução.

§ 1º. Se o Requerente não dispuser do documento a que se refere o inciso I do artigo 32 ele deverá ser solicitado do órgão de pessoal.

§ 2º. Se o servidor falecido era inativo não se aplica o disposto no inciso II deste artigo, devendo ser apensado ao processo de pensão o processo de concessão de aposentadoria do servidor falecido.

Art. 52. Instruído o processo com as informações e documentos fornecidos pelo servidor, e pelo órgão de pessoal no caso de servidor falecido em atividade, o Gestor de Benefícios o encaminhará para parecer jurídico conclusivo que indicará:

I – se os pretendentes à pensão têm legitimidade para auferir o benefício;

II – a fundamentação legal para a concessão do benefício da pensão por morte;

III – qual é a base de contribuição do servidor que deverá integrar o montante da pensão por morte;

IV – se o pensionista terá direito à paridade ativo-inativo ou ao reajuste anual pelas regras do RGPS; e

V – se o ITUPREV tem direito à compensação financeira perante o Ministério da Previdência.

Art. 53. No caso de o servidor falecer no gozo de auxílio-doença, a última base de contribuição do servidor, para efeito de cálculo do valor da pensão por morte, deve corresponder à base de contribuição do servidor em seu cargo efetivo, como se em atividade estivesse.

Art. 54. Sempre que a tramitação do pedido de pensão depender da inscrição de dependentes, esta será logo providenciada.





**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES  
MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV  
Gabinete - Superintendente**

Parágrafo único. Se a inscrição de dependente depender de justificação administrativa, ela será processada nos próprios autos da pensão ou em autos apartados, em apenso.

**SEÇÃO IV – DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO**

Art. 55. O benefício da pensão por morte será concedido mediante portaria assinada pelo Superintendente, juntamente com o Gestor de Benefícios.

Art. 56. Baixada a Portaria de concessão do benefício da aposentadoria, cópia da mesma deverá ser entregue aos pensionistas, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

Parágrafo único. Os pensionistas, ao receberem cópia da portaria de concessão do benefício, ficam obrigados a assinar o Termo de Ciência e Notificação, de conformidade com a minuta constante do Anexo III, que fica fazendo parte integrante desta Resolução, sob pena de, não o fazendo, ficar suspenso o pagamento da pensão.

**SEÇÃO V – DA HOMOLOGAÇÃO PELO CONSELHO DE  
ADMINISTRAÇÃO**

Art. 57. Concedido o benefício da pensão por morte o Gestor de Benefícios encaminhará o respectivo processo administrativo ao Conselho de Administração, no prazo de 30 (trinta) dias, para fins de homologação, aplicando-se, para esse fim, o disposto nos parágrafos do artigo 48.

**CAPÍTULO V  
DO SALÁRIO-MATERNIDADE**

Art. 58. A abertura de processo administrativo de concessão de salário-maternidade será feita mediante protocolo, na sede do ITUPREV, de



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES  
MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV  
Gabinete - Superintendente**

requerimento assinado pela segurada gestante ou por seu representante, acompanhado de atestado de seu médico assistente, comprovando que a servidora encontra-se, pelo menos, no 8º mês de gestação, ou instruído simplesmente com certidão de nascimento, se o parto já tiver ocorrido.

Art. 59. Os processos administrativos de concessão do benefício do salário-maternidade serão autuados pelo Gestor de Benefícios do ITUPREV, devendo constar, em sua capa, as seguintes indicações:

- I – número e ano do processo;
- II – entidade pública municipal de origem da segurada;
- III – assunto: salário-maternidade;
- IV – data de início e do término do benefício;
- V – número e data da portaria de concessão do benefício;
- VI – data do parto, da adoção ou da guarda para fins de adoção.

Art. 60. Aberto o processo de concessão do Salário-Maternidade, o Gestor de Benefícios solicitará do órgão de pessoal do respectivo ente municipal, os seguintes documentos e informações sobre a servidora:

- I – cópia da portaria de sua nomeação, se houver;
- II – declaração de que a servidora é titular de cargo efetivo, na falta de portaria de nomeação;
- III – informação do valor da sua última base de contribuição da servidora.

Art. 61. Se ocorrer o parto da Segurada sem que esta tenha requerido a concessão do Salário-Maternidade, o benefício poderá ser concedido de ofício mediante a apresentação de declaração médica que comprove a realização do parto ou de certidão de nascimento.

Parágrafo único. Na hipótese deste artigo, competirá ao Gestor de Benefícios preencher e assinar o requerimento padrão de concessão do benefício, promovendo a abertura do respectivo processo.



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES  
MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV  
Gabinete - Superintendente**

Art. 62. A manutenção do benefício do salário-maternidade, após o parto, dependerá da apresentação, pela Servidora ou por seu representante, de cópia da certidão de nascimento ou comprovação de natimorto, que deverá ser juntada ao processo.

Art. 63. Se a Servidora estiver em gozo de Auxílio-Doença por ocasião da concessão do Salário-Maternidade o benefício do Auxílio-Doença será suspenso enquanto perdurar o pagamento do Salário-Maternidade.

Art. 64. Concedido o benefício mediante Portaria conjunta do Superintendente e do Gestor de Benefícios, ela será publicada resumidamente.

Art. 65. O benefício do salário-maternidade corresponderá ao pagamento de valor mensal equivalente à base de contribuição da servidora.

Parágrafo único. Na hipótese de a servidora encontrar-se em gozo de auxílio-doença por ocasião da concessão do salário-maternidade, a última base de contribuição da servidora a que se refere o *caput* deve corresponder à base de contribuição da servidora em seu cargo efetivo, como se em atividade estivesse.

Art. 66. O pagamento do Salário-Maternidade será efetuado pelo ITUPREV, através de seu Diretor Administrativo e Financeiro, por meio de transferência de valor em conta corrente da segurada.

Art. 67. O salário-maternidade só será devido à servidora que se encontrar no exercício de seu cargo, em gozo de auxílio-doença, de licença remunerada ou de afastamento remunerado.

§ 1º. Será devido o salário-maternidade à segurada na qualidade de contribuinte facultativa.

§ 2º. Não será devido o salário-maternidade à servidora que se encontrar em gozo de licença não remunerada ou de afastamento não remunerado, por ocasião do requerimento do benefício ou do parto.



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES  
MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV  
Gabinete - Superintendente**

**CAPÍTULO VI  
DO AUXÍLIO-DOENÇA**

**SEÇÃO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 68. O auxílio-doença só poderá ser concedido quando a doença, a intervenção cirúrgica ou o acidente em que se envolver o segurado, incapacitá-lo provisoriamente para o exercício das atribuições normais de seu cargo, inclusive para o exercício de outras atividades no serviço público.

Parágrafo único. A doença, por si só, não constitui motivo para a concessão do auxílio-doença.

**SEÇÃO II – DO REQUERIMENTO**

Art. 69. A abertura de processo administrativo de concessão de auxílio-doença será feita mediante protocolo, na sede do ITUPREV, de requerimento assinado pelo segurado, acompanhado dos seguintes documentos fornecidos pelo ente municipal ao qual o servidor estiver vinculado:

I - documentação comprobatória de afastamento do servidor, do serviço ativo, por motivo de doença, por 15 (quinze) dias;

II – relatório médico de que há necessidade de afastamento do servidor por período superior a 15 (quinze) dias, com indicação do CID (Classificação Internacional de Doenças) correspondente à doença do segurado que o incapacita para o trabalho.

§ 1º. Quando o segurado ficar impossibilitado, em razão de sua doença, de assinar requerimento de concessão ou de prorrogação do benefício de auxílio-doença, o pedido poderá ser assinado por pessoa responsável, com cópia do documento de identificação anexa no processo.



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES  
MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV  
Gabinete - Superintendente**

§ 2º. Nos casos de doenças psíquicas, a declaração ou o atestado a que se refere o inciso II deste artigo, fornecido pelo médico do trabalho do órgão de pessoal do ente municipal ou pelo médico assistente do servidor, deverá conter relatório médico detalhado da doença do paciente, com o histórico de seu tratamento, se houver.

**SEÇÃO III – DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO**

Art. 70. Aberto o processo de concessão do benefício, o Gestor de Benefícios do ITUPREV ou quem ele designar tomará, imediatamente, as seguintes providências:

I – agendará a perícia médica do segurado, comunicando a ele, ou a quem tiver apresentado o requerimento a que se refere o § 1º do artigo 69, no ato de sua apresentação, a data, o horário e o local da realização da perícia;

II – solicitará declaração do órgão de pessoal do ente empregador que informe o valor das 12 últimas bases de contribuição do segurado, que poderá ser repassada ao ITUPREV por meio eletrônico.

Art. 71. O processo de concessão do benefício conterá:

- I – número e data de abertura do processo;
- II – o requerimento que alude o caput do artigo 69 desta Resolução;
- III – indicação do nome do benefício;
- IV – nome do segurado;
- V – endereço residencial e telefone do segurado;
- VI – cargo efetivo do segurado, com a respectiva data de ingresso;
- VII – cargo em comissão que eventualmente estiver exercendo, ou que já exerceu, com a respectiva data de nomeação e de exoneração;
- VIII - ofício de encaminhamento da Secretaria de Administração, através do SESMT – Serviço de Segurança e Medicina do Trabalho da Municipalidade;



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES  
MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV  
Gabinete - Superintendente**

IX - relatório médico mencionado no artigo 69, inciso II desta Resolução;

X – as 12 (doze) últimas bases de contribuição do segurado;

XI – nome do ente municipal ao qual o segurado está vinculado;

XII – cópia da conclusão da perícia médica;

XIII – despacho de concessão do benefício pelo superintendente e pelo diretor de benefícios;

XIV – início da vigência do benefício;

XV – períodos de eventuais prorrogações do benefício;

XVI – portaria da concessão do benefício.

**SEÇÃO IV – DA PERÍCIA MÉDICA**

Art. 72. A perícia médica concluirá se o segurado necessita permanecer afastado do exercício de seu cargo e por quanto tempo ou, se o mesmo está apto para retornar ao serviço público municipal.

§ 1º. Realizada a perícia médica, a concessão do auxílio-doença correspondente não poderá abranger período de tempo superior a 03 (três) meses.

§ 2º. Compete à perícia médica caracterizar o afastamento como auxílio-doença ou auxílio doença acidentário baseando-se em nexos causal, laudos técnicos e emissão da CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho).

Art. 73. Os exames de qualquer natureza e as consultas médicas especializadas, que forem necessários para a perícia médica e forem solicitados pelo médico-perito, serão realizados pelo serviço público municipal ou pelas empresas e profissionais de saúde credenciados ou contratados pelo ITUPREV, mediante emissão de guia própria, ou autorização em favor do Segurado.

Art. 74. O relatório médico da perícia, todos os exames complementares realizados e eventuais relatórios médicos de consultas especializadas, deverão ser encaminhados ao ITUPREV.



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES  
MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV  
Gabinete - Superintendente**

§1º. Qualquer que seja o resultado da perícia este será imediatamente comunicado ao servidor e ao órgão ao qual está vinculado por telefone, e-mail ou impresso.

§2º. Na hipótese de não ser possível a comunicação ao segurado pelas formas indicadas no parágrafo anterior, a comunicação será feita mediante publicação na imprensa oficial do município.

Art. 75. O Gestor de Benefícios ou quem ele designar providenciará a juntada do resultado da perícia médica ao processo e calculará o valor do benefício.

Art. 76. A perícia médica é indispensável para a concessão do benefício.

§ 1º. A perícia médica será realizada por médico perito devidamente credenciado ou contratado pelo ITUPREV.

§ 2º. O segurado não receberá o benefício, comunicando-se o fato aos entes empregadores para as providências cabíveis, nos seguintes casos:

I – não comparecer ao ITUPREV para requerer auxílio-doença, exceto na hipótese de incapacidade do servidor para se locomover, quando o ITUPREV deverá processar de ofício a sua concessão;

II – deixar de apresentar os documentos relacionados no artigo 69 desta Resolução; ou

III – não se submeter à perícia médica, observado o disposto no artigo 78 desta Resolução.

Art. 77. Fixado, pela perícia médica, o período de afastamento do servidor para seu tratamento, a concessão do auxílio-doença retroagirá à data do término do afastamento por motivo de doença perante o ente municipal ao qual o segurado estiver vinculado.



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES  
MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV  
Gabinete - Superintendente**

§ 1º. O despacho de concessão do auxílio-doença fixará a data do início do benefício, competindo ao médico perito que realizar a perícia médica fixar a data do término.

§ 2º. Competirá ao médico perito na data da realização da perícia, concluir:

I – se o servidor está apto para retornar à atividade para desempenhar as atribuições de seu cargo, com ou sem restrições, ou para desempenhar outras atividades no serviço público municipal mediante processo de readaptação;

II – se o servidor deve ficar afastado do serviço público municipal, propondo:

a) a concessão do benefício mediante alta programada, estabelecendo a data do término do benefício e do subsequente retorno à atividade; ou

b) a concessão do benefício por um período não superior a 3 (três) meses, fixando a data da realização de nova perícia médica para eventual alta ou prorrogação do benefício;

III – se o servidor está incapacitado permanentemente para qualquer atividade no serviço público municipal.

Art. 78. Se o servidor faltar à perícia médica, o serviço de assistência social do ITUPREV verificará o motivo da falta.

§ 1º. Se o não comparecimento à perícia médica tiver ocorrido sem motivo justo, o pagamento será suspenso até a data da nova perícia.

§ 2º. Na hipótese do § 1º deste artigo o servidor poderá requerer novamente o benefício com base nos documentos juntados ao processo suspenso.

§ 3º. No caso do § 2º deste artigo o benefício será concedido a partir da data do novo requerimento ou a partir da data indicada no parecer do médico perito.





**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES  
MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV  
Gabinete - Superintendente**

§ 4º. Se a falta à perícia foi ocasionada por motivo de força maior, devidamente comprovada nos autos do processo administrativo, será marcada nova perícia médica, e será concedido o auxílio-doença até a data da realização da nova perícia.

§ 5º. Sempre que ocorrer a hipótese prevista no § 1º deste artigo o Gestor de Benefícios do ITUPREV deverá comunicar o fato ao ente municipal ao qual o servidor estiver vinculado.

§ 6º. Se houver impossibilidade de comparecimento do servidor à perícia marcada pelo fato de estar internado ou sem condições de se locomover para se submeter à perícia médica, a justificativa deverá ser apresentada no dia da perícia, até a hora marcada para a sua realização, por pessoa de sua família ou responsável, a fim de ser marcada nova data para a perícia, aplicando-se o disposto no § 4º deste artigo.

§ 7º. Se o servidor alegar que não tem condições físicas ou mentais para se locomover e se apresentar à perícia médica, e essa situação for confirmada em parecer de assistente social, a perícia poderá ser realizada onde quer que o segurado se encontre.

**SEÇÃO V – DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO**

Art. 79. O auxílio-doença será concedido mediante despacho assinado pelo Gestor de Benefícios e pelo Superintendente, e subsequente portaria, que deverá ser publicada resumidamente na imprensa oficial do município.

Art. 80. A autoridade administrativa do ITUPREV só poderá decidir de forma contrária à conclusão da perícia médica, quando existir prova concreta que demonstre o engano ou erro do médico perito.



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES  
MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV  
Gabinete - Superintendente**

**SEÇÃO VI – DA ALTA MÉDICA**

Art. 81. Quando a perícia médica concluir que o servidor está apto para retornar à atividade no serviço público municipal, dando-lhe alta, ser-lhe-á concedido o auxílio-doença correspondente ao período de tempo decorrido entre a data do fim dos 15 (quinze) dias de licença-saúde a cargo do ente municipal e a data da comunicação do despacho denegatório.

Parágrafo único. A alta médica e a conseqüente cessação do benefício de auxílio-doença será imediatamente comunicada ao segurado e ao órgão ao qual ele está vinculado, da mesma maneira prevista nos §§ 1º e 2º do artigo 74.

**SEÇÃO VII – DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO**

Art. 82. O segurado que não se conformar com o indeferimento de seu pedido de concessão do benefício de auxílio-doença, ou com o seu término, poderá apresentar pedido de reconsideração, apresentando fundamentação médica divergente.

§ 1º. O servidor poderá pedir reconsideração do indeferimento do pedido de concessão do benefício ou da sua cessação somente uma vez, devendo retornar imediatamente ao trabalho e aguardar a decisão do seu pedido em atividade.

§ 2º. Apresentado o pedido de reconsideração será agendada nova perícia médica, em caráter prioritário, encaminhando-se cópia do pedido ao perito para exame e manifestação pericial.

§ 3º. O médico-perito poderá emitir parecer opinando pela concessão do benefício em caráter retroativo, a fim de que auxílio-doença seja concedido a partir da data da apresentação do pedido de reconsideração.



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES  
MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV  
Gabinete - Superintendente**

§ 4º. Na hipótese de o pedido de reconsideração ser negado o servidor só poderá requerer novamente o benefício, com fundamento na mesma doença, após o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da alta médica.

§ 5º Todos os pedidos de benefício apresentados dentro do prazo de sessenta dias, contados da data da alta do servidor, serão recebidos como pedido de reconsideração, desde que o diagnóstico médico seja o mesmo ou relacionado àquele que deu origem à concessão do benefício anterior.

§ 6º. Apresentado o resultado da nova perícia médica, o processo será encaminhado ao Superintendente do ITUPREV para julgamento do pedido de reconsideração em caráter prioritário, que indeferirá o pedido de reconsideração ou concederá o benefício em conjunto com o Gestor de Benefícios.

**SEÇÃO VIII – DA PRORROGAÇÃO DO AUXÍLIO-DOENÇA**

Art. 83. A prorrogação do benefício poderá ser requerida antes do término do afastamento com alta programada.

§ 1º. O servidor que requerer a prorrogação do benefício ficará sujeito à nova perícia médica.

§ 2º. Se a perícia médica for favorável à prorrogação do benefício, este será prorrogado a partir da alta programada.

§ 3º. Se a perícia médica negar o pedido de prorrogação do benefício competirá ao médico perito opinar pelo pagamento do auxílio-doença entre a data da alta e a data da realização da nova perícia.



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES  
MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV  
Gabinete - Superintendente**

**SEÇÃO IX – DAS MEDIDAS DE CONTROLE**

Art. 84. O Segurado que perceber auxílio-doença por período de tempo superior a 30 (trinta) dias deverá ser visitado por profissional do ITUPREV, para acompanhamento da evolução do tratamento de sua saúde, em datas e horários aleatórios, sem prévia comunicação ao segurado.

§ 1º. O segurado em gozo de auxílio-doença se obriga a comunicar ao ITUPREV eventual alteração de sua residência ou estadia fora do município, indicando seu endereço ou qualquer outro meio que possibilite o contato pelo ITUPREV.

§ 2º. Se o segurado, ao ser procurado em sua residência, não for encontrado na mesma e nem em local indicado por seus parentes, deverá comparecer na sede do ITUPREV dentro dos 07 (sete) dias úteis subsequentes.

§ 3º. O benefício será suspenso caso não sejam cumpridas quaisquer das situações previstas nos parágrafos anteriores.

Art. 85. O segurado em gozo de auxílio-doença que for encontrado exercendo qualquer outra atividade, remunerada ou não, inclusive atividades esportivas ou de lazer incompatíveis com o tratamento de sua doença, terá o benefício suspenso e ficará sujeito ao pagamento de multa no valor equivalente a uma base de contribuição, que será cobrada mediante desconto em folha de pagamento, parceladamente, até o limite de 20% (vinte por cento) de sua remuneração bruta, sem prejuízo da devolução do benefício recebido indevidamente e da representação criminal cabível.

Parágrafo único. A imposição de multa ao segurado será objeto de auto lavrado pelo Gestor de Benefícios, entregando-se cópia ao segurado e facultando-se a ele a apresentação de defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis.



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES  
MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV  
Gabinete - Superintendente**

**SEÇÃO X – DAS DOENÇAS PSÍQUICAS**

Art. 86. Sempre que a concessão ou a prorrogação do benefício de auxílio-doença for motivada por doença psíquica, o médico perito poderá submeter o servidor à consulta psiquiátrica ou psicológica com profissionais da rede pública ou com médicos credenciados ou contratados pelo ITUPREV, fundamentando-se nos relatórios que esses profissionais apresentarem sobre a doença do servidor para oferecer seu parecer médico.

Parágrafo único. O relatório psiquiátrico indicará, preferencialmente, o tratamento medicamentoso que, eventualmente, o paciente está submetido, o seu tempo de duração, e quais as consequências adversas que o uso dos medicamentos poderá provocar no paciente.

**SEÇÃO XI – DA ALTA PARA READAPTAÇÃO**

Art. 87. Quando a perícia médica concluir que o segurado não tem condições físicas ou psíquicas de exercer o seu cargo efetivo, mas pode exercer outra função pública compatível com o seu estado de saúde, concederá alta ao segurado, indicando a necessidade de sua readaptação.

Parágrafo único. O ITUPREV, nesse caso, encaminhará ofício ao órgão de segurança e medicina do trabalho do ente municipal empregador a fim de que o mesmo providencie a readaptação do servidor no serviço público, nos termos da legislação estatutária.

**SEÇÃO XII – DA PERÍCIA PARA APOSENTADORIA**

Art. 88. Quando a perícia médica concluir que o segurado se encontra inválido permanentemente para o exercício de qualquer função pública, não havendo possibilidade de cura ou reabilitação e nem de readaptação no serviço público, o servidor será submetido à Junta Médica composta por 03 (três) médicos peritos, para fins de eventual concessão de aposentadoria por invalidez permanente.



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES  
MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV  
Gabinete - Superintendente**

§ 1º. O servidor que se encontrar em gozo de auxílio-doença por mais de 24 (vinte e quatro) meses consecutivos será submetido à Junta Médica para fins de eventual concessão de aposentadoria por invalidez permanente.

§ 2º. A conversão do auxílio-doença em aposentadoria por invalidez, dependerá da abertura de processo administrativo específico, de ofício ou a requerimento do servidor, observado o disposto neste regulamento.

§ 3º. O processo de aposentadoria só será aberto se a Junta Médica concluir que o servidor se encontra inválido permanentemente para o exercício de qualquer atividade no serviço público municipal.

**SEÇÃO XIII – DO VALOR DO BENEFÍCIO**

Art. 89. O valor do benefício do auxílio-doença corresponderá à última base de contribuição do servidor, nos termos do artigo 57 da Lei 1.176 de 27/05/2010.

§ 1º. Sempre que houver alteração dos níveis dos vencimentos dos servidores, inclusive mediante reclassificação de cargos, ou concessão de qualquer vantagem permanente de caráter geral, o benefício estender-se-á ao servidor em gozo de auxílio-doença.

§ 2º. O Gestor de Benefícios deverá solicitar ao ente de direito público ao qual o segurado estiver vinculado a remessa da documentação que comprove a última base de contribuição.

§ 3º. O valor do benefício no primeiro pagamento, e, após a alta médica, o valor do último pagamento, serão calculados de forma a corresponder ao valor da base de contribuição por dia de afastamento.

§ 4º. Será devida, juntamente com a última parcela, em cada exercício, a gratificação natalina correspondente ao período de gozo do auxílio-doença, proporcional ao período de duração do benefício.



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES  
MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV  
Gabinete - Superintendente**

§ 5º. Quando o servidor tiver ingressado há menos de 30 dias no serviço público municipal, o valor do benefício corresponderá aos vencimentos que ele efetivamente tiver percebido, respeitado o valor correspondente ao salário mínimo nacional.

**CAPÍTULO VII  
DO AUXÍLIO-RECLUSÃO**

Art. 90. O auxílio-reclusão será devido, nas mesmas condições da pensão por morte, aos dependentes do segurado recolhido à prisão que não receber remuneração da entidade pública à qual estiver vinculada, não estiver em gozo de licença remunerada e nem estiver recebendo proventos de aposentadoria, desde que a sua última remuneração seja equivalente ao valor estabelecido pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS para a concessão desse benefício pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social.

Art. 91. Os processos administrativos de concessão do benefício de auxílio-reclusão serão autuados pelo Gestor de Benefícios do ITUPREV, ou por quem ele designar, devendo constar, em sua capa, as seguintes indicações:

- I – número e ano do processo;
- II – entidade pública municipal de origem do segurado preso;
- III – nome do servidor preso;
- IV – nome do dependente que requer o benefício;
- V – nome dos demais beneficiários do auxílio-reclusão;
- VI – assunto: auxílio-reclusão; e
- VII – data e número da portaria de concessão do benefício.



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES  
MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV  
Gabinete - Superintendente**

Art. 92. O processo administrativo deverá ser aberto mediante apresentação, pelo dependente do segurado preso, de certidão do efetivo recolhimento do segurado à prisão, firmado pela autoridade competente.

Art. 93. O processo administrativo deverá ser instruído com os documentos que demonstrem que o segurado percebe baixa remuneração, os quais serão requeridos do órgão de recursos humanos da entidade pública em relação à qual o segurado preso estiver vinculado, especialmente:

- I – ato de nomeação e posse do funcionário preso, se houver;
- II – informação de que o servidor é titular de cargo efetivo, na falta de ato de nomeação e posse;
- III – atos administrativos relativos às mutações funcionais do segurado preso e de concessão de promoções, progressões e outros tipos de vantagens pecuniárias em favor do mesmo;
- IV – cópia da ficha financeira do servidor com indicação das parcelas remuneratórias pagas mensalmente ao servidor, nos últimos doze meses;
- V – informação, pelo órgão de recursos humanos da entidade pública municipal de origem do segurado, sobre a composição da remuneração do segurado preso;
- VI – comprovante do PIS/PASEP do segurado preso; e
- VII – outros documentos e informações que forem julgados necessários.

Art. 94. A data de início do benefício será fixada na data do efetivo recolhimento do segurado à prisão, se requerido até trinta dias depois desta, ou na data do requerimento, se posterior.

Art. 95. Na hipótese de o segurado preso ser demitido do serviço público, o benefício ficará automaticamente extinto, a partir da data da demissão.





**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES  
MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV  
Gabinete - Superintendente**

**CAPÍTULO VIII  
DO SALÁRIO-FAMÍLIA**

Art. 96. O salário-família é devido ao segurado que tenha filhos menores de 14 (catorze) anos ou inválidos, desde que sua remuneração seja equivalente ou inferior ao valor estabelecido pelo RGPS para a concessão do mesmo benefício.

Art. 97. O benefício do salário-família é devido mediante apresentação da certidão de nascimento do filho ou da documentação relativa ao enteado, ao adotado ou ao tutelado, independentemente de requerimento do segurado.

Parágrafo único. O pagamento do salário-família fica condicionado à apresentação, pelo segurado, do comprovante anual de vacinação do filho, do enteado, do adotado ou do tutelado de até 06 (seis) anos de idade, e do comprovante semestral de frequência escolar, até os 14 (catorze) anos de idade.

Art. 98. A apresentação da documentação a que se referem o parágrafo único do artigo 97 deverá ser feita perante o ITUPREV pelo servidor inativo, e perante o órgão de recursos humanos da Prefeitura Municipal de Ituprev, de suas autarquias e fundações ou da Câmara Municipal, pelos servidores em atividade.

Art. 99. O benefício devido ao servidor inativo será pago pelo ITUPREV e para o servidor em atividade pelo ente municipal em relação ao qual o servidor estiver vinculado.

Parágrafo único. Os entes municipais empregadores deduzirão da contribuição previdenciária patronal o valor total das despesas decorrentes do pagamento do salário-família em favor dos servidores em atividade.



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES  
MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV  
Gabinete - Superintendente**

**CAPÍTULO IX  
DA CONTRIBUIÇÃO FACULTATIVA**

Art. 100. A contribuição facultativa de que trata o artigo 14 e seus parágrafos da Lei 1.176 de 27 de maio de 2010 será paga mediante prévia opção do servidor, em documento-padrão fornecido pelo ITUPREV.

§ 1º. O pagamento da contribuição facultativa será feito através de boleto bancário emitido pelo ITUPREV.

§ 2º. As contribuições facultativas não recolhidas nas épocas próprias poderão ser descontadas em folha de pagamento, limitando-se o desconto a 30% (trinta por cento) da remuneração bruta do servidor ou do benefício previdenciário.

§ 3º. O pagamento da contribuição facultativa deverá ser feito até o quinto dia útil de cada mês subsequente ao mês de competência.

§ 4º. O servidor poderá retratar-se da opção a que se refere o caput.

§ 5º. As contribuições não pagas nas épocas próprias ficam sujeitas aos seguintes acréscimos:

I – correção monetária correspondente à variação do INPC do IBGE; e

II – juros de 1% (um por cento) ao mês.

**CAPÍTULO X  
DO ABONO DE PERMANÊNCIA**

Art. 101. O servidor que cumprir todos os requisitos para se aposentar por tempo de contribuição pela regra permanente do artigo 40 da Constituição Federal e optar por permanecer em atividade para receber o



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES  
MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV  
Gabinete - Superintendente**

Abono de Permanência de que trata o artigo 213 e seus parágrafos da Lei 1.176 de 27 de maio de 2010, deverá:

I – requerer perante o ITUPREV a contagem de tempo de contribuição e expedição de certidão de cumprimento das exigências para se aposentar por tempo de contribuição pela regra constitucional permanente;

II – requerer o benefício do Abono de Permanência perante o ente municipal ao qual estiver vinculado, optar expressamente pela permanência em atividade no serviço público municipal, e juntar a certidão a que se refere o inciso anterior.

§ 1º. O Abono de Permanência, correspondente ao valor da contribuição previdenciária do servidor, será devido pelo ente municipal empregador a partir da data de cumprimento de todos os requisitos para se aposentar.

§ 2º. O servidor que optar por permanecer em atividade poderá se aposentar a qualquer tempo.

## **CAPÍTULO XI**

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 102. Durante a instrução do processo administrativo de concessão de benefício poderá ser revista a remuneração do segurado que estiver sendo paga em desacordo com a legislação vigente, para efeito de cálculo do benefício.

Art. 103. As parcelas ou vantagens não incluídas no cálculo do valor da aposentadoria ou da pensão deverão ser justificadas pelo Gestor de Benefícios, no ato de deferimento do pedido, e do mesmo modo as parcelas incluídas nesse cálculo, que não compunham a remuneração do funcionário.



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES  
MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV  
Gabinete - Superintendente**

Art. 104. Os processos administrativos de concessão de benefício previdenciário, depois de homologado pelo Conselho de Administração, deverão ficar à disposição do Conselho Fiscal do ITUPREV, no arquivo provisório, pelo prazo de 90 (noventa) dias, para eventual exame desse colegiado.

Art. 105. Calculado o valor do benefício pelo Gestor de Benefícios o processo será decidido por ele e pelo Superintendente, mediante despacho nos autos e expedição da competente Portaria.

Art. 106. Do indeferimento do benefício de aposentadoria ou de pensão por morte caberá recurso ao Conselho Administrativo, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data da assinatura do Termo de Ciência constante dos Anexos II e III desta Resolução.

Art. 107. Eventuais valores relativos a benefícios pagos aquém ou além do devido, por erro de cálculo ou por interpretação errônea do direito ao benefício, que não forem reclamados nas épocas próprias, prescrevem no prazo de 05 (cinco) anos, a contar da data em que deveriam ter sido pagos.

Art. 108. É de dez anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação judicial do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício, a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo, nos termos do artigo 103 da Lei Federal 8.213/1991 e do § 12 do artigo 40 da Constituição Federal.

Art. 109. O direito do ITUPREV de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os seus beneficiários decai em dez anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé, nos termos do artigo 103-A da Lei Federal 8.213/1991 e do § 12 do artigo 40 da Constituição Federal.

§ 1º. No caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo decadencial contar-se-á da percepção do primeiro pagamento.



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES  
MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV  
Gabinete - Superintendente**

§ 2º. Considera-se exercício do direito de anular qualquer medida de autoridade administrativa que importe impugnação à validade do ato.

Art. 110. Os processos de concessão de benefícios deverão:

I - ser mantidos no arquivo corrente da autarquia, em local de fácil acesso, até a data da extinção do benefício; e

II - ficar à disposição dos auditores do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e dos agentes do Ministério da Previdência e Assistência Social, para inspeções e exames.

Art. 111. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, aplicando-se inclusive aos processos administrativos em andamento de concessão de benefícios previdenciários.

Itu, 05 de Outubro de 2011.

**LUIZ CARLOS KAHTALIAN BRENHA DE CAMARGO  
SUPERINTENDENTE DO ITUPREV**



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES  
MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV  
Gabinete - Superintendente**

**ANEXO I**

**Quesitos a serem respondidos pela JUNTA MÉDICA nas perícias médicas destinadas a apurar eventual invalidez permanente de servidor filiado ao Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Itu – ITUPREV, para fins de aposentadoria por invalidez.**

1. Quais as doenças ou lesões do servidor?
2. Qual é o respectivo CID (Classificação Internacional de Doenças) de cada uma dessas doenças?
3. As doenças ou lesões surgiram depois do ingresso do servidor no serviço público municipal?
4. O servidor encontra-se inválido para o exercício do cargo que ocupa em consequência de sua doença ou das lesões sofridas?
5. O servidor encontra-se inválido para o exercício de parte das atribuições do seu cargo, ou seja, pode voltar a exercer o seu cargo com restrições?
6. Quais são essas restrições a que se refere o quesito anterior?
7. O servidor se encontra em condições de desempenhar outras atividades no serviço público municipal, compatíveis com a redução de sua capacidade laborativa? Que tipos de atividades?
8. Na hipótese de o servidor se encontrar inválido para o exercício de seu cargo ou de qualquer outra função no serviço público, a invalidez ou incapacidade para o trabalho é temporária ou permanente?
9. Se a invalidez ou incapacidade do servidor é temporária, ele deve ficar afastado do serviço público para tratamento de saúde durante quanto tempo?
10. Se a invalidez do servidor é permanente, sem possibilidade de cura ou reabilitação, ela é decorrente de doença profissional (causada pela execução de suas atribuições normais)?
11. Em se tratando de lesões que invalidaram o servidor permanentemente para o exercício de qualquer função pública, essas lesões foram decorrentes de acidente em serviço? Em caso positivo, informar se elaborado o respectivo CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho)?
12. Há nexo causal entre o acidente narrado na CAT e as lesões que invalidaram o servidor permanentemente para o exercício de qualquer atividade no serviço público municipal?



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES  
MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV  
Gabinete - Superintendente**

13. A doença ou lesão do servidor, que provocou a sua invalidez permanente ou definitiva, se enquadra entre uma das doenças graves, contagiosas ou incuráveis que o § 1º do artigo 49 da Lei nº 1.176 de 27 de maio de 2010 enumera como tais (“tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira posterior ao ingresso no serviço público, hanseníase, cardiopatia grave, doença de Parkinson, paralisia irreversível e incapacitante, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, estados avançados do mal de Paget - osteíte deformante e Síndrome de Imunodeficiência Adquirida - AIDS”)? Qual delas? (indique o nome da doença expressamente e o respectivo CID).

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Itu, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Médicos peritos:



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES  
MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV**  
Gabinete - Superintendente

**ANEXO II**

**TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO**

**Órgão ou Entidade: ITUPREV – Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Itu**

Processo de **Aposentadoria** nº(de origem):

Responsável pelo ato de concessão da aposentadoria:

Servidor aposentado:

Advogado(s): (\*)

Na qualidade de Responsável pelo ato de concessão da aposentadoria e Servidor aposentado, respectivamente, do Termo acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, para fins de instrução e julgamento, damo-nos por CIENTES e NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até o julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, declaramos estarmos cientes, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais.

Itu, ..... de ..... de .....

\_\_\_\_\_  
Responsável pelo ato de concessão da aposentadoria

\_\_\_\_\_  
Servidor Aposentado

(\*) Facultativo. Indicar quando já constituído.





**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES  
MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV**  
Gabinete - Superintendente

**ANEXO III**

**TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO**

**Órgão ou Entidade: ITUPREV – Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Itu**

Processo de **Pensão** n°(de origem):

Responsável pelo ato de concessão da pensão:

Pensionistas:

Advogado(s): (\*)

Na qualidade de Responsável pelo ato de concessão da pensão por morte e Pensionista, respectivamente, do Termo acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, para fins de instrução e julgamento, damo-nos por CIENTES e NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até o julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, declaramos estarmos cientes, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar n° 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais.

Itu, ..... de ..... de .....

\_\_\_\_\_  
Responsável pelo ato de concessão da pensão

\_\_\_\_\_  
Pensionista

(\*) Facultativo. Indicar quando já constituído.